



## CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

Concurso Público de admissão ao XX Curso de Formação Inicial para o Ingresso nas carreiras das Magistraturas Judicial e do Ministério Público

### **AVISO**

#### DOCUMENTOS DE CONSULTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS DE ADMISSÃO

Avisa-se aos candidatos ao **concurso público de admissão ao XX Curso de Formação Inicial para o Ingresso nas carreiras das Magistraturas Judicial e do Ministério Público** que durante a fase da realização das provas de admissão será permitida **(na segunda parte do enunciado do exame)** a consulta dos seguintes documentos:

#### **I. CONSTITUIÇÃO E OUTRAS LEIS SUBSTANTIVAS E PROCESSUAIS**

1. Constituição da República de Moçambique de 2004, com actualizações de 2018.
2. Código Penal aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro.
3. Código de Processo Penal de 1929.
4. Legislação complementar ao Código Penal de 2014 e Código de Processo Penal de 1929, em vigor à data do lançamento do concurso público de ingresso. A título de exemplo, a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (Lei n.º 19/2019 de 22 de Outubro), a Lei de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal (Lei n.º 2/2019 de 11 de Novembro), a Lei de Prevenção e Combate ao Terrorismo (Lei n.º 5/2018 de 2 de Agosto), etc.
5. Código Civil e de Processo Civil.
6. Lei das Sucessões (Lei n.º 23/2019 de 23 de Dezembro).
7. Lei da Família (*Lei n.º 22/2019 de 11 de Dezembro*)
8. Lei da Organização Tutelar de Menores (Lei n.º 8/2008, de 15 de Julho)
9. Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança (Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho)

10. E demais legislação pertinente.

**II. LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E REGIONAL, DESIGNADAMENTE:**

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos;
- Convenção sobre os Direitos das Crianças;
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, etc.

**Legislação Regional:**

- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;
- Protocolo de Maputo;
- Carta Africana dos Direitos e do Bem-estar das Criança; etc.

**III. LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL:**

- Estatuto dos Magistrados Judiciais aprovado pela Lei nº 7/2009, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro e Revista pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto;
- Estatuto dos Magistrados do Ministério Público aprovada pela Lei nº 22/2007, de 1 de Agosto com as alterações introduzidas pela Lei n.º 04/2017, de 18 de Janeiro;
- Estatuto dos Advogados;
- Estatuto dos Defensores Públicos (IPAJ);
- Estatuto dos Oficiais de Justiça.

**IV. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL:**

- Lei da Organização Judiciária;
- Lei Orgânica do Ministério Público;
- Decreto que cria a Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial (Decreto n.º 63/2009, de 29 de Julho);
- Decreto que cria a Inspeção do Ministério Público.

Mais se informa que durante a realização das provas escritas será proibido o porte e uso de qualquer legislação ou documentos anotados e comentados, bem como de legislação contendo anotações escritas pelo proprietário da legislação ou do documento, ressalvando-se as remissões dos artigos, devendo, neste último caso, proceder à apresentação prévia, da referida legislação, ao júri de vigia das provas, sob pena de anulação imediata do exame em causa caso sejam encontrados nessas situações.

Matola, 08 de Dezembro de 2021

O Presidente do Júri Geral

Dr. Luís Filipe Ferrão Sacramento

Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo

*(Ilegível)*